



## VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

*Culturas políticas e conflitos sociais*



### *PLANEJAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO (CODEC)*

Diones Augusto Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo visa compreender a importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec) para as políticas públicas destinadas à modernização do Espírito Santo através do planejamento, fomento de estudos de natureza técnica e da industrialização. O Conselho foi o lócus onde partes das propostas destinadas ao desenvolvimento capitalista capixaba foram pensadas por empresários, políticos, técnicos, entre outros, com o propósito de modernizar a economia capixaba por meio da industrialização e de incentivos à diversas atividades tradicionais locais, principalmente aquelas ligadas à agricultura. As mudanças políticas, econômicas e sociais pensadas visavam adequar, em longo prazo, a economia local ao capitalismo brasileiro e internacional mediante técnicas refinadas de planejamento, cuja entrada no estado remonta ao governo Jones dos Santos Neves

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e professor EBTT de História do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – Campus Centro Serrano. Pesquisador do Laces/Ufes (Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas).

(1951-1955), incrementadas posteriormente quando da criação do Codec por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1961).

Palavras-chave: Codec – industrialização – planejamento econômico.

**Abstract:** The article aims to understand the importance of the Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec) to the public policies destined at the modernization of the State fo Espírito Santo through planning, promotion of technical studies and industrialization. The Council was the locus where parts of the proposals destined to the capitalist development of Espírito Santo were designed by entrepreneurs, politicians, technicians, among others, with the purpose of modernizing the economy of State of Espírito Santo through industrialization and incentives of diverse local traditional activities, mainly those linked to agriculture. The political, economic and social changes were meant adapt the local economy to Brazilian and international capitalism in the long term through refined planning techniques, which goes back to the Jones dos Santos Neves administration (1951-1955), when the creation of the Codec by Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1961).

Keywords: Codec - industrialization - economic planning.

### **Planejamento e industrialização no Espírito Santo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec).**

O governo Jones dos Santos Neves (1951-1955) marcou a primeira tentativa de se introduzir o planejamento econômico no Espírito Santo. Com Jones, as preocupações técnicas se transformaram num meio para se modernizar a economia capixaba e prepará-la para o crescimento futuro. Mas as propostas eram incipientes e pouco refinadas, já que, em seu conjunto, as políticas estavam atrasadas em relação ao que

ocorria em nível de Brasil. Na opinião do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos<sup>2</sup>:

Em minha opinião, a primeira tentativa de planejamento no Estado foi no governo Carlos Lindenberg. Eu trabalhei no governo Jones dos Santos Neves. Quando eu me formei, eu vim trabalhar aqui, no DER, e participei ativamente no governo, não só por causa do Derenzi que era meu chefe e era pessoa muito envolvida com a cúpula do governo do Jones. Mas o governo do Jones tinha idéias, não tinha planejamento sistemático, entendeu? (SANTOS, 2014).

Perguntado sobre o Plano de Valorização Econômica<sup>3</sup>, o primeiro ensaio de se programar técnicas de planejamento no Espírito Santo, tais quais aquelas feitas em nível nacional, Gerhardt foi enfático ao dizer:

Ele fez o Plano! Eram idéias que ele tinha com a convivência que ele teve a nível federal. Ele fez um bom governo. Introduziu muita coisa nova [...], mas ele não tinha uma sistemática de planejamento. O planejamento é uma coisa que você tem que fazer, não só envolvendo muita gente [...], mas também fazendo revisões permanentes [...]. Isso não teve. [...] foram ideais dele que ele colocou, algumas muito boas, outras não tão boas, que ele tentou implantar (SANTOS, 2014).

---

<sup>2</sup> Arthur Carlos Gerhardt Santos foi governador do Espírito Santo entre 1971 e 1975, além de ter sido engenheiro e técnico nas mais diversas esferas do serviço público.

<sup>3</sup> A aprovação da Lei n.527, de 3 de outubro de 1951, definiu os rumos da política econômica e social do governo Jones dos Santos Neves. O Plano de Valorização Econômica, resultado dela, deveria ser executado num prazo de 5 anos. Previa uma ordem orçamentária de Cr\$ 634.700.000,00. A execução do plano não estava balizada em fundamentos feitos a partir de diagnósticos técnicos da economia estadual, como citado, mas sim sobre os aspectos positivos e das vantagens do planejamento para alcançar os objetivos do plano em longo prazo (RIBEIRO, 2016).

O Espírito Santo era um ente federado carente de mão de obra técnica. Inexistiam estudos e instituições capazes de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas à modernização através da industrialização e de estudos técnicos profundos, coesos à realidade estrutural local. Porém, a situação passa a ser revertida com a eleição de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1961). Seu governo foi formado predominantemente com quadros oriundos do PSD e “técnicos”, além de uma emergente classe empresarial que aprofundou sua atuação quando da criação da Federação das Indústrias do Espírito Santo, a Findes, através de seu criador, Américo Buaiz (OLIVEIRA, 2013).

A criação da Findes, aliás, marcou uma nova fase da visão do empresariado capixaba, tendo em vista as transformações políticas, econômicas e sociais que vivenciava o Estado e o país. No dia 12 de fevereiro de 1958, reuniram-se na sede da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo o núcleo inicial da Findes para a fundação da entidade. No começo, ela reunia apenas 5 sindicatos: Indústria, Torrefação e Moagem de Café; Indústria da Construção Civil; Indústria Mecânica; Indústria de Panificação e Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos; e Indústria de Serraria e Carpintaria. Américo Buaiz fundou a entidade e foi seu presidente provisório. Reelegeu-se várias vezes e permaneceu nela até 1968 (RIBEIRO, 2016).

Américo teve importância imensurável para os destinos da industrialização do Espírito Santo. Ele, no comando da Federação, estabeleceu um canal de atuação direto dos empresários junto ao governo do Estado, se tornando uma espécie de voz dos anseios da classe empresarial capixaba. Esse setor utilizou o Executivo para o fomento de políticas públicas destinadas à industrialização e para o desenvolvimento econômico estadual. E isso foi possível pelo fato de ter existido uma incipiente classe industrial e um corpo político que viam a aliança política como meio de se promover a industrialização e mecanismo de modernização.

No dia 22 de maio de 1959 se instalou o Conselho Técnico da Findes, formado Eliezer Batista, Alberto Stange, Arthur Carlos Gerhardt Santos, Humberto Pinheiro

Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos, Bolívar de Abreu e Américo Buaiz, que o presidia. Posteriormente, novas pessoas entraram nele, como Guy Predo de Freitas e Eugênio Pacheco, diretor de *A Gazeta* (RIBEIRO, 2010). Desses, cabe destacar que Batista era engenheiro e superintendente da CVRD. Stange era professor, advogado, escritor e político. Gerhardt era engenheiro do DER. Vasconcelos era coronel do exército e economista. Bolívar era médico sanitaria e secretário da educação do governo Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Enfim, “tratava-se de um órgão que reunia o que talvez houvesse de melhor na ‘inteligência’ técnica do Espírito Santo naquele momento” (SANTOS, 2011, p.158).

O Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo foi feito para se fazer um diagnóstico mais preciso da situação social e econômica do Espírito Santo, no ano de 1961. Coordenado pelo governo estadual e pela Findes, ele contou com a participação de representantes da indústria capixaba, da CNI e de professores universitários. O objetivo do seminário era estabelecer um estudo mais aprofundado da economia capixaba para se pensar futuras ações para a modernização da economia capixaba por intermédio do planejamento e da industrialização. A sistemática adotada foi enviar aos líderes municipais questionários destinados à elucidação de problemas ligados aos transportes, energia, financiamento, segurança, agricultura, pesca, recursos mineralógicos, colonização, comunicações, investimentos, mobilidade urbana, indústria em geral etc (RIBEIRO, 2010).

Concluído os trabalhos, criou-se um documento intitulado “Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida”, considerado, de acordo com Ribeiro, “o primeiro diagnóstico sociogoeconômico do Espírito Santo. Suas principais recomendações eram obter ajuda do governo federal e a necessidade de investimentos em energia elétrica” (RIBEIRO, 2010, p.47-48).

Para levar adiante as recomendações propostas pelo documento, Lindenberg criou um grupo de trabalho. Dele participaram os secretários estaduais da Fazenda, Viação e Obras Públicas, além dos presidentes da Escelsa, da Findes, da Federação do

Comércio, das associações rurais e dos técnicos José Ferrari Vals, Eugênio Sette e Pietrângelo De Biase.

O governo Lindenberg marcou a instituição do planejamento sistemático como meio de, através de políticas públicas, promover o desenvolvimento econômico do Estado (SANTOS, 2004). O Decreto n.301, de 19 de outubro de 1960, que criou o grupo de trabalho para sistematizar o planejamento econômico do Espírito Santo, teve origem a partir de uma parceria feita pela Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização e a Secretaria da Fazenda, que elaborou dois projetos de leis, fundamentais para se planejar o futuro do estado naquela época. O primeiro deles referia-se à concessão de favores, de natureza tributária, aos estabelecimentos industriais existentes ou àqueles que viessem a se fixar no Estado. O segundo estabelecia a criação de uma Caixa Econômica Estadual com o objetivo de executar a política de crédito agrícola estadual. Notemos que esses dois mecanismos são os elementos precursores do Fundap<sup>4</sup> e do Banestes (RIBEIRO, 2016).

O GT iria não só estudar os projetos citados, mas também sugerir ao Governo Estadual outras medidas necessárias ao incentivo de atividades econômicas fundamentais para o desenvolvimento estadual, e, para melhor organizar seus trabalhos, ele se dividiu em 5 subgrupos, o que permitiu, de acordo com Santos, a agregação de um maior número de técnicos e personalidades sociais diversas, notoriamente aquelas ligadas ao setor industrial (SANTOS, 2011).

De acordo com Santos, um outro ponto positivo das ações do Grupo de Trabalho que merece destaque foi a obtenção de um empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 10 milhões de dólares. Ele permitiu a alteração

---

<sup>4</sup> O Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) foi criado em 1970 como mecanismo financeiro que visava incrementar as operações de comércio exterior por meio do sistema portuário capixaba, financiando capital de giro das empresas de comércio exterior e possibilitando que parcela dessa operação fosse aplicada em novos projetos ou na expansão de suas atividades (RIBEIRO, 2016).

da “estrutura do antigo Banco de Crédito Agrícola transformando-o no atual Banestes, e criando-se nela uma linha de empréstimo rural, orientado por agrônomos e técnicos agrícolas” (SANTOS, 2011, p.228).

Também sugeriu-se que o Codec tivesse em sua plenária a representatividade dos mais diversos setores da sociedade, como técnicos, engenheiros, empresários políticos etc. Todos teriam a missão de auxiliar a “unidade planejadora central” no fomento das políticas públicas destinadas à modernização da economia capixaba por meio da industrialização. Assim, imbuída de tal ideia, a Lei n.1.613, de 12 de fevereiro de 1961, definiu as normas de funcionamento do Conselho.

A função inicial do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo era atuar como um órgão consultivo e orientador do Poder Executivo, orientando-o em questões relativas ao planejamento e à economia estadual. Era diretamente vinculado ao Governo do Estado, mas tinha autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria. Além disso, o Codec seria formado por um Conselho, constituído por uma Plenária e por um Secretário Geral. A plenária do conselho era formada pelo governador do Estado; secretários de Estado; diretores presidentes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e da Escelsa; um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 11ª Região; e por um representante de cada uma das Federações da Indústria, de Comércio e das Associações Rurais devidamente credenciadas. Além deles, a Assembleia Legislativa também teria seu representante. Por fim, o Conselho contava com o trabalho organizativo de um Secretário Geral.

Os empresários também exerceram importância imensurável. As empresas públicas passaram a ter poder de decisão crescente, e o Estado foi a arena onde os interesses públicos e privados convergiam – ou divergiam – na execução e no planejamento das políticas para propiciar o pleno desenvolvimento da economia local (CARDOSO, 1975). Daí a importância da Findes, um canal de atuação dos empresários junto ao aparelho de Estado. A criação do Codec refletiu tal realidade,

pois ele era um espaço de debate em que o governo, junto com técnicos, empresários, políticos dentre outros, poderiam discutir os rumos da política e da economia capixaba, formulando estudos e promovendo ações para o desenvolvimento futuro do Estado.

Como consequência das ações iniciais do Codec e do Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, duas ações de natureza técnica foram realizadas: uma, como descrito, pelo economista Jacy Monteiro Magalhães, outra feita pelo Serviço Social Rural por meio de seu presidente Napoleão Fontenelle e supervisionado pelo sociólogo carioca José Arthur Rios, também divulgador da metodologia de pesquisa social desenvolvida pelo padre Lebret.<sup>5</sup> O resultado do estudo foi a publicação da pesquisa *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo*. Santos diz que a obra, nos dias de hoje, é uma leitura

[...] altamente recomendável para todos aqueles que queiram ter uma visão não só de como era o Espírito Santo naquele momento, em seus aspectos mais básicos, mas também do quanto o Espírito Santo evoluiu e se transformou de lá para cá. Além disso, um estudo panorâmico da produção acadêmica e científica que se tem hoje no Espírito Santo revela de forma pouco surpreendente que muitas das teses e observações feitas naquele estudo pioneiro se tornaram, depois disso, lugares comuns, graças à influência que ele exerceu, em que pese ao fato de ele ser hoje uma publicação de difícil acesso e em vias de se perder definitivamente, o que seria um prejuízo para a cultura e para a memória do desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Padre Lebret nasceu no ano de 1897 na França. Estudioso do subdesenvolvimento, fundou no ano de 1941 o movimento *Economie et Humanisme*, estudos que tiveram ampla difusão na África e na América latina. Criou também o Instituto Internacional de Investigação e de Formação para o Desenvolvimento Harmonizado e a Revista *Développement et Civilisation*. Em 1944, proferiu no Brasil um curso sobre Economia Humana na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Sintetizou seus estudos na obra *Suicide ou Survive de l'Occident*, obra onde discute que o desenvolvimento não deve ser analisado a partir de um prisma econômico, técnico e industrialista. Faleceu no ano 1966 (RIBEIRO, 2016).



capixaba, uma vez que se trata de um trabalho seminal (SANTOS, 2011, p.238).

A primeira parte do estudo de José Arthur Rios foi fazer uma análise da vida econômica estadual por intermédio da apreciação dos componentes populacionais do Estado. Após fazer uma análise de como se deu a ocupação do território estadual, o objetivo de Rios foi analisar a ocupação espacial capixaba. Ele percebeu que nossa população, em idos da década de 1960, era majoritariamente rural, pouco urbanizada e organizada em diferentes regiões econômicas. De acordo com Santos, o quadro apontado pelo estudo mostrou que o Estado era composto por uma “fronteira demográfica”, cuja população se encontrava em nítida expansão, que oscilava de acordo com crescimento econômico. Mas era um povo nitidamente rural e que vivia em pequenos aglomerados. Os centros urbanos começavam a exercer efeito polarizador, principalmente por causa da queima dos cafezais e pela concentração fundiária. A taxa de natalidade era alta, assim como a mortalidade e a migração. “O estado possuía também uma zona de emigração e outra de imigração: a primeira ingressando na órbita do Rio de Janeiro, a outra, a zona pioneira do norte” (SANTOS, 2011, p.242-243).

Os efeitos da crise do café seriam altamente deletérios para uma economia eminentemente agrária e com poucas unidades industriais. A cafeicultura não teria sido suficiente para patrocinar a industrialização. Mesmo assim, para Rios,

O confronto do valor da produção cafeeira com o produto territorial subestima a importância do café na dinâmica econômica do estado. É deste produto que se obtêm os excedentes transformados em capitalização, nem sempre efetivamente realizados no Estado em face da concorrência de outras áreas. Por outro lado, como foi acentuado inicialmente, sua posição como fonte geradora de rendas públicas empresta à cultura um elo estreito com a ação governamental (RIOS, 1963, p.126-127).

O estudo de Rios apontava a necessidade de se continuar com as políticas que estavam em execução nos anos anteriores, visto que um setor, o industrial, estava em expansão, principalmente após o Plano de Valorização, e um outro, o tradicional, ligado à cafeicultura, estava em processo de estagnação. Para Rios,

Na última década fixaram-se atividades fabris amparadas em favores fiscais e outras facilidades como terreno e energia elétrica. Entre elas destaca-se o moinho de trigo que supre parcialmente a área e não se expande por causa das cotas fixadas. Um segundo empreendimento será no setor têxtil: consolidou-se a indústria de sacaria, e uma nova unidade de tecidos de linho foi inaugurada recentemente. Em fase de implantação a indústria de aço, cuja conclusão está prevista para 1962, mantendo-se até agora com pequena produção de gusa. Indústria de vestiário e de alimentação concentradas na área urbana de Vitória e de seus municípios satélites tiveram de igual forma ligeiro desenvolvimento, porém a concorrência por via rodoviária de centros industriais de São Paulo e Guanabara são fatores que limitam tais empreendimentos (RIOS, 1962, p.127).

Para Santos, mesmo que o estudo destacasse os fatores que impedem o crescimento industrial do Estado, ele mostrou a ausência nos anos anteriores de uma “mentalidade industrial”, elemento que convergia com o movimento iniciado por Américo Buaiz para propiciar novas políticas destinadas à modernização da economia capixaba (SANTOS, 2011). Ou seja, a inexistência de tal mentalidade no setor cafeeiro capixaba foi fator chave para a pouca rentabilidade industrial dos anos anteriores:

A ausência de uma mentalidade empresarial no grupo social que lidera o comércio de café prejudica o desenvolvimento de novas atividades baseadas na poupança interna. Assim, o café é um fator adverso à economia estadual em seu todo – pois limita a perspectiva de um crescimento razoável e, além

disso, não possibilita a capitalização em atividades pioneiras capazes de diversificar a economia, tornando-a menos vulnerável às flutuações do mercado e às limitações fixadas pela política federal para o produto (RIOS, 1962, p.134).

Santos destaca que o estudo de Rios apresentava um diagnóstico nada animador sobre os índices referentes ao nível de vida capixaba. A situação sanitária era extremamente delicada. Mais de 70% dos capixabas bebiam água com algum tipo de contaminação. Entre 50% e 90% da população não tinha calçado. Em alguns municípios, a mortalidade infantil, no primeiro ano de vida, era superior a 40%. Em muitos deles eram altos os índices de tuberculose, sífilis, lepra, febre tifóide, disenteria, paralisia infantil, febre amarela, tracoma, verminoses, malária e a doença de Chagas (SANTOS, 2011).

A parte final do estudo de Rios sugeriu uma série de recomendações técnicas para o Espírito Santo. A primeira delas seria a necessidade de se vencer a escassez de recursos financeiros, daí a urgência dos capitais captados fora do Estado para atender aos interesses ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento industrial. Mas isso não seria uma solução definitiva. Era preciso também construir uma base interna de captação de receitas para a complementação daqueles advindos do exterior. Esse era o papel a ser desempenhado pelo Estado. Para Rios,

O próprio orçamento público estadual pode ser orientado em favor dessa intenção deliberada de reorganizar a atividade econômica do estado, tornando-a menos vulnerável e dependente das condições do café, abrindo todos os novos campos de desenvolvimento de recursos e possibilidades da área (RIOS, 1962, p.360).

Para Santos, uma outra consideração de destaque feita por Rios que merece ser enfatizada é aquela referente à situação logística privilegiada do Espírito Santo. Valendo-se da posição estratégica de seus portos naturais, além da questão da

facilidade do trânsito de mercadorias provenientes de outras regiões do Brasil, o Estado poderia reorganizar sua máquina administrativa e canalizar recursos a tal setor. “O disciplinamento dos gastos públicos poderia permitir a formulação de um programa de aplicações de longo prazo visando a satisfazer as necessidades prioritárias do Estado” (SANTOS, 2011, p.254).

Um maior entendimento entre o setor público e o privado seria um excelente instrumento para se aumentar a poupança interna, tendo em vista a necessidade de investimentos para o desenvolvimento das atividades industriais. “Para isso ele sugeria a criação de uma área industrial que estivesse acoplada à solução urbanística do aglomerado da Grande Vitória” (SANTOS, 2011, p.254), ao formular-se um plano diretor que privilegiasse a região onde se desenvolveriam as atividades secundárias através de um programa de investimentos que também fomentasse zonas de ocupação urbana. Ações de desenvolvimento amplas, em parceria com o Governo Federal, seriam o caminho para o pleno desenvolvimento das forças produtivas locais:

Somente em programa mais amplo, com objetivos definidos, se poderá lograr melhor êxito nessa articulação, que permitirá uma participação federal mais ativa no esforço de investimentos no Estado (RIOS, 1962, p.363).

Uma outra consequência imediata das ações do Codec no Espírito Santo foi a criação do Plano de Desenvolvimento Trienal, em 1961, documento que, na visão de Gurgel, “inaugurou no Espírito Santo o planejamento estratégico como ação de governo e balizou o processo de desenvolvimento do Estado por cerca de 30 anos” (GURGEL, 2000, p.245). Porém, na visão de Santos, a precedência histórica do planejamento no Estado coube ao Plano de Valorização Econômica do Estado, elaborado durante o governo de Jones dos Santos Neves, como já narrado (SANTOS, 2011). Alinhamos com a opinião de Gurgel. Mesmo que o Plano de Valorização tenha sido o primeiro instrumento efetivo de políticas públicas por meio do

planejamento, o mesmo se deu por meio de suposições e investigações relativamente superficiais sobre a realidade capixaba, conforme foi destacado por nós nas páginas anteriores a partir da análise de Zorzal (ZORZAL, 1986) e da fala do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos. Foi a partir do Codec que o planejamento passou a ser utilizado como instrumento pleno de fomento de políticas públicas por meio das ações dos técnicos, elite dirigente e o empresariado através de seus canais de atuação, como a Findes.

De acordo com Santos, o documento foi redigido inicialmente pelo Codec a partir de um encontro de governadores no qual o Espírito Santo participou, tendo em vista as necessidades estruturais e financeiras do Estado. O plano estava em consonância com todas as discussões que aconteciam no Brasil à época, principalmente aquelas voltadas às questões regionais. “O plano buscava incluir o Espírito Santo numa região mais ampla, a que chamou de ‘Leste Meridional’, visando assim aumentar a pressão política do Governo Federal no sentido da priorização do Estado” (SANTOS, 2011, p.233). Em consonância com o que havia sido discutido no Seminário Pró-Desenvolvimento, ele definia e quantificava os investimentos em áreas estratégicas como energia elétrica, fomento à industrialização, siderurgia, reaparelhamento portuário, ferrovia, rodovias e diversificação geral da economia, além de atividades ligadas ao crédito agrícola, armazéns, silos, cooperativismo rural, recuperação de vales úmidos e levantamento de recursos naturais. Também havia ações de interesse social, como programa de casas populares, educação primária, água, esgoto, serviços de saúde pública, saneamento básico e prevenção de epidemias (GURGEL, 2000).

O Plano, como citado, estabelecia as áreas destinadas ao investimento, principalmente aquelas no entorno de Vitória, além de orientar os investimentos estaduais e federais nas mais diversas necessidades do Estado. Os objetivos setoriais estavam divididos nos seguintes tópicos: infraestrutura, diversificação econômica e interesse social (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Os objetivos setoriais em infraestrutura estavam assim definidos:

a) Energia Elétrica: conclusão das obras do Plano Estadual de Eletrificação, entregando, até 1963, a primeira etapa da Usina de Suíça;

b) Fomento à industrialização: criação de áreas industriais e revisão da lei fiscal. Oferecer infraestrutura às áreas industriais e criar um programa de assistência ao investidor interessado em implantar indústrias no Espírito Santo, por meio de assessoria técnica do Codec;

c) Indústria Siderúrgica: apoio ao programa de expansão industrial da Cia. Ferro e Aço de Vitória, aumentando sua capacidade para 300 mil ton/ano até 1962;

d) Reparcelhamento portuário: adaptar o Porto de Vitória para o escoamento de minérios, obra a ser realizada pela Vale do Rio Doce e pela administração do Porto de Vitória. Previsão de ampliação do cais comercial para atender as necessidades logísticas do porto, além de aterro e melhoria do acesso no entorno da região;

e) Ferrovias: ampliação da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Leopoldina, além de melhorias de trechos da Estrada de Ferro Itapemirim e retificação da linha Cachoeiro Itapemirim-Vitória;

f) Rodovias e estradas: apoio às obras federais a serem realizadas e construção de 1.020 Km de estradas, além da pavimentação de vias em Colatina, Barra de São Francisco, Cachoeiro do Itapemirim, Guaçuí e Colatina (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Dentre as metas destinadas às melhorias da economia capixaba, podemos destacar:

a) Fundo de crédito rural: intensificação dos planos destinados à recuperação cafeeira e eliminação dos cafezais de baixo rendimento;

b) Desenvolvimento pecuário: fixação das bacias leiteiras do Centro e do Norte, por meio do aumento do rebanho e instalação de unidades de beneficiamento e resfriamento, além do desenvolvimento de um programa de pesquisa e melhoramento zootécnico;

c) Programa de armazéns e silos: melhoramentos e readaptação da atual rede da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais, sob o comando estadual.

d) Recuperação de vales úmidos: aproveitamento e respectivo tombamento dos recursos potenciais dos vales do Espírito Santo, estimados em mais de 100 mil hectares.

e) Desenvolvimento cooperativo: desenvolvimento de um plano estadual de amparo a cooperativas, a partir de recursos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tendo em vista projetos voltados ao desenvolvimento das atividades hortigranjeiras e da avicultura;

f) Levantamento de recursos naturais (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Por fim, o Plano delimitou as ações de interesse social da seguinte maneira:

a) Programas de casas populares: prosseguimento dos trabalhos do Instituto de Bem Estar Social (Ibes), dentre elas a construção de um núcleo habitacional em Campo Grande, Cariacica, destinado aos operários da Cia. Ferro e Aço de Vitória;

b) Educação: construção de 1.200 salas de aula e melhoramentos no ensino médio, com a construção de ginásios em todas as sedes municipais, além de estímulos ao ensino industrial e artesanal urbano e rural;

c) Água e esgoto: extensão dos serviços atuais de água e esgoto nas cidades com mais de 10 mil habitantes, atendendo a demanda até os próximos 10 anos.

d) Serviços de saúde pública: construção de um Centro de Treinamento e de um Hospital das Clínicas, este a funcionar junto à Universidade Federal do Espírito Santo. Também havia a perspectiva de aumento dos leitos do Estado para 527 unidades.

e) Saneamento Básico e controle de epidemias (ESPÍRITO SANTO, 1961).

De acordo com Santos, era um plano abrangente de investimentos, feito por intermédio de discussões e estudos fomentados no interior do Codec, que norteou todo o desenvolvimento posterior do Espírito Santo, cuja execução foi temporariamente interrompida com a grave crise política, econômica e social que levou ao golpe cívico-militar de 1964. “O plano de modernização do Espírito Santo teve que esperar o governo Cristiano Dias Lopes Filho” (SANTOS, 2011, p.233) para ser posto em prática.

### **Considerações finais**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codec), posteriormente transformado em Secretaria de Planejamento, na década de 1970, representou a consolidação de uma agência governamental, ligada diretamente ao Poder Executivo, responsável pelo fomento e execução das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo por meio da industrialização. Ele atendeu aos anseios do bloco histórico que se tornou hegemônico no aparelho de Estado. Em um primeiro momento, o projeto posto em prática tinha o propósito de aprimorar e expandir a infraestrutura existente, através da construção de estradas, expansão dos portos, aumento da oferta da energia elétrica e incentivos diversos à agroindústria e às atividades primárias tradicionais. Era uma plataforma mais adequada à realidade histórica local, que esperava, em última instância, minimizar os efeitos da erradicação dos cafezais e promover ações que permitissem a fixação do



homem no campo e o aumento da oferta interna de gêneros primários. Tais propostas foram discutidas e executadas junto ao Codec, um *locus* onde, por intermédio da Findes, empresários, políticos e técnicos pensaram as primeiras políticas e estudos, visando modernizar a economia capixaba pela industrialização e valorização das potencialidades do campo, esperando que o PIB daqui tivesse números parecidos com o de São Paulo e Rio de Janeiro.

Com o golpe cívico militar de 1964 tal projeto foi reformulado. Em seu lugar se introduziu um modelo que esperava fixar no solo capixaba a grande empresa oligopolista estrangeira, notoriamente com Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). Na região do entorno de Vitória, um grande parque industrial se fixou, privilegiando a associação do capital público com o privado, dando ao estado um papel complementar no grande capitalismo oligopolista internacional, já que os bens aqui produzidos eram destinados ao mercado externo, principalmente aqueles oriundos da celulose e da siderurgia. Os estaleiros navais esperados não se instalaram e o Codec foi transformado em mero coadjuvante durante os anos de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1961) e Gerhardt Santos, cabendo ao Bandes e seus técnicos a gênese das políticas industriais da época; restou ao Codec a formulação de alguns estudos de natureza técnica e discussões referentes ao orçamento.

O planejamento local foi novamente sistematizado com a criação da Secretaria do Planejamento (Seplan), durante o governo de Élcio Álvares (1975-1979). Houve um esvaziamento do Executivo, já que os técnicos do Codec e do Bandes foram dirigidos para a Fundação Jones dos Santos Neves,<sup>6</sup> órgão criado para formular os estudos de

---

<sup>6</sup> Criada pela lei 3.043, de em 31 de dezembro de 1975, sob a denominação de Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN), posteriormente transformada em autarquia, em 27 de outubro de 1980, pelo Decreto 1.469-N, passando a denominar-se Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), tinha a função de subsidiar políticas públicas através da elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo (RIBEIRO, 2016).

natureza técnica. Com Eurico Resende (1979-1983) ocorreu uma tentativa de se descentralizar o planejamento estadual. Tanto Álvares quanto Resende levaram adiante a execução dos Grandes Projetos de Impacto, mas promoveram ações para o desenvolvimento dos setores tradicionais da economia capixaba, especialmente aqueles ligados à agricultura, agroindústria e fruticultura, resgatando assim parte do antigo projeto do Codec para o Espírito Santo. Vários ramos ligados a tais esferas se desenvolveram. Mas, como é sabido, elas não foram acompanhadas de mudanças efetivas na estrutura fundiária, que se manteve praticamente inalterada. Houve também intensa concentração da renda ao longo dos anos.

Porém, o projeto do Codec, da classe dirigente, do empresariado e das elites da década de 1960 foi vitorioso na média duração. Por intermédio da atuação desses atores, surgiram os primeiros estudos, dados estatísticos e relatórios que foram de suma importância para a política desenvolvimentista local. Em idos de 2017, foi possível que alguns setores tradicionais da economia capixaba se dinamizassem. O Espírito Santo é um dos maiores exportadores de rochas e pedras ornamentais. Sua fruticultura é diversificada. É um dos maiores exportadores de café do Brasil. Existe um setor de laticínios bem organizado. Granjas bem equipadas são abundantes no interior do solo capixaba. Há uma agricultura familiar bem organizada no interior, gerando muitos recursos por intermédio do agroturismo. Então, podemos concluir que o projeto inicial do Codec não foi totalmente invalidado, mas a estrutura oligopolista instalada no Espírito Santo, surgida com a instalação dos grandes projetos industriais, trouxe um novo agente de atuação: as grandes corporações estrangeiras. Isso fez surgir o fenômeno descrito por Medeiros da “desautonomia” relativa, já que tais corporações possuem grande poder de influência junto ao Poder Público, reduzindo espaço para sua atuação. Isso fez com que o Estado e a elite empresarial tradicional perdesse parte de seu poder de decisão, já que o grande capital externo passou a ditar os rumos da política desenvolvimentista local, a partir da década de 1970 (MEDEIROS, 1977).

## Referências Bibliográficas.

### 1 Fontes primárias

#### 1.1 Entrevistas

SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Entrevista**. Entrevista concedida a Diones Augusto Ribeiro e Luiz Cláudio Moises Ribeiro, Vitória, 17 jul. 2014.

#### 1.2. Leis, decretos, publicações etc.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador, 1951-1955 (J. S. Neves). **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa Estadual em 22 de maio de 1951 (Plano de Valorização Econômica do Estado)**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1951.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador, 1951-1955 (J. S. Neves). **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952 pelo Dr. Jones dos Santos Neves Governador do Estado**. Vitoria: Departamento de Imprensa Oficial, 1952.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador, 1951-1955 (J. S. Neves). **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953**. Vitoria: Departamento de Imprensa Oficial, 1953.

ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador, 1951-1955 (J. S. Neves). **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1954.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador, 1951-1955 (J. S. Neves). **O Espírito Santo trabalha e confia, 1951-1955**. Rio de Janeiro, 1958.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei n.1.613, de 12 de fevereiro de 1961. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, ES, n.10.639, 12 fevereiro 1961, Seção I, p.1.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Trienal**. Resumo dos objetivos definidos para 1961-1963. Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codec). Vitória: Diário Oficial da União, 1961.

RIOS, José Arthur. **Desenvolvimento Municipal e níveis de vida do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Serviço Social Rural, 1962.

### 1.3. Jornais

A Gazeta, 11/02/1960

A GAZETA, 20/10/1960.

A Tribuna, 06/09/1956.

O Diário 01/02/1963

### 2. Fontes Secundárias

BITTENCOURT, Gabriel. **Formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Espírito Santo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Esforço industrial na república do Café: o caso do Espírito Santo (1889-1930)**. Vitória: FCAA, 1982.

\_\_\_\_\_. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: uma interpretação sociológica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1973.

- GURGEL, A. d. P (org). **Memória Política do Espírito Santo: a trajetória dos ex-presidentes da Assembleia Legislativa**. Vitória: Contexto Jornalismo e Assessoria Ltda, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- LOPES FILHO. Christiano Dias. et ali. **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004
- MEDEIROS, Antônio Carlos de. **Espírito Santo: a industrialização como fator da desautonomia relativa**. 1977. 177f. Dissertação (Mestrado em Administração). – Programa de Pós/Graduação em Administração, fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa em Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.
- RIBEIRO, Diones Augusto. **O Elo Perdido: o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Codec (1950-1980)**. 2016. 302f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- RIBEIRO, F. A. **FINDES 50 anos**. A História da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Vitória: FINDES, 2010.
- SANTOS, Estilaque Ferreira. d. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo**. Grandes Nomes: Américo Buaiz. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011.
- VIEIRA, Clovis Abreu. **A Política Fiscal no Brasil: Limites e Contradições**. O Caso do Espírito Santo. 1986. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração). –

Programa de Pós/Graduação em Administração, fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

ZORZAL, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: SPDC/FCAA/UFES, 1995.

ZORZAL, Marta. **Espírito Santo: estado, interesses e poder.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.